IX SEMANA DA PEDAGOGIA

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

PINHEIRO FERREIRA, Fabiana¹
NUNES MATOS, Isabel²
PINHEIRO DOS SANTOS, Rômulo³

Resumo

Este texto analisa a evolução dos direitos sociais no Brasil, focando no direito à educação como uma conquista fundamental nas transformações sociais. A reflexão se baseia em obras de Bobbio (2004) e Cury (2002), que exploram a interrelação entre indivíduo, sociedade e Estado, enfatizando que o Estado deve garantir a educação como um direito. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 são destacadas como marcos que asseguram a educação como direito de todos. A discussão sobre a educação integral e em tempo integral é aprofundada, ressaltando que a educação integral vai além do tempo escolar e abrange o desenvolvimento completo do aluno. A análise inclui as tentativas históricas de implementar esses conceitos, mencionando Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, e os desafios enfrentados ao longo do tempo. A implementação da educação em tempo integral no Espírito Santo é examinada, destacando leis e programas que visam expandir essa oferta nos sistemas municipais de ensino. Conclui-se que, apesar dos avanços, é necessário que a política educacional seja acompanhada de ações eficazes que assegurem a qualidade da educação, considerando as complexas questões sociais que permeiam o contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: Direito. Educação. Tempo Integral.

Introdução

Historicamente, os direitos civis surgiram no século XVIII, os direitos políticos no XIX e os direitos sociais no XX (Cury, 2002). Neste texto, abordamos os direitos sociais, com ênfase no direito à educação, considerada uma das principais

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, fabiana.s.ferreira@edu.ufes.br ;

² Professora Doutora do Curso de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo- UFES, bel.nunes@edu.ufes.br ;

³ Doutorando em Educação –Programa de Pós- Graduação Profissional em Educação- PPGEP- Universidade Federal do Espírito Santo-UFES

conquistas nesse campo. A discussão inicial busca entender como esse direito se manifesta em diferentes momentos históricos, influenciado por diversos fatores.

O fato dessas tentativas de compreensões e aproximações constitui-se como força de apoio para as análises das ações desempenhadas no Sistema Municipal de Educação de Pinheiros/ES, no tocante a proposta da oferta da educação e mais recentemente na oferta e garantia da educação integral e em tempo integral.

A esse respeito apoiamo-nos nos escritos de Bobbio em sua obra “A era dos Direitos”. Segundo o autor: “O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (Bobbio, 2004, p16).

1 O direito à Educação no Brasil

O direito à educação no Brasil está presente desde a formação do Estado nacional. Segundo Saviani (2013), esse direito está ligado ao dever do indivíduo, destacando que a universalização da educação elementar visa transformar indivíduos em cidadãos, sujeitos de direitos e deveres.

Esses termos são interdependentes e configuram uma figuração social (Elias, 1993), onde direitos humanos, incluindo o direito à educação, estão conectados ao Estado de direito. Ao longo das Constituições brasileiras, o direito à educação e à obrigatoriedade escolar sempre foram impostos ao indivíduo, não ao Estado, refletindo a história de democratização educacional tardia do Brasil (Cury, 2002).

A Constituição Federal de 1988 marca uma nova história, quando em seu capítulo III, Seção I, trata da educação como um direito de todos. O Art. 205 assegura que a educação é um direito e um dever do Estado e da família, promovendo o desenvolvimento da pessoa e a preparação para a cidadania. Nesse sentido, se a educação é compreendida como direito pelo Estado, este, passa a ser responsável em garantir que este direito se efetive, por meio do Sistema Nacional de Educação o país passa a garantir uma educação pública, universal, laica e gratuita. (Saviani, 2013)

A LDB de 1996 reafirma que a Educação Básica deve ser obrigatória, gratuita e de qualidade, estabelecendo a estrutura da educação no Brasil. No entanto, ainda há tensões entre os direitos conquistados e sua implementação efetiva. Arroyo (2012) argumenta que, com a crescente consciência social sobre o direito à educação, há uma demanda por mais tempo escolar.

A história da educação pública no Brasil exigiu que os órgãos públicos desenvolvessem práticas para garantir acesso e permanência na escola, levando à compreensão de que o direito à educação implica também em um direito a mais educação e mais tempo na escola.

2 Educação Integral e em Tempo Integral

Neste momento do estudo, realizaremos um resgate histórico do discurso de educação integral, muitas vezes pouco compreendida e confundida com educação em tempo integral. Nosso objetivo consiste em evidenciar os processos históricos de compreensão da educação integral e da educação em tempo integral, intencionamos ainda, esclarecer a forma que as legislações apresentam os conceitos colocados em cheque, e ainda, como estudiosos da área, enxergam e dialogam com os avanços e retrocessos que acabam por constituir aquilo que entendemos por uma educação integral.

O sonho de uma educação integral no cenário brasileiro foi adiado por duas vezes, primeiro com Anísio Teixeira e posteriormente com Darcy Ribeiro. Este ideal de uma escola que tenha um olhar diferenciado de ensino e trate o crescimento do aluno por diferentes vertentes, nasce no Brasil na década de 1930, através do ideário de educadores da época.

Percebe-se que a educação em tempo integral e educação integral na escola não são temas novos; o assunto tem se evidenciado em momentos pontuais e de transição, como ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, em que intelectuais se esforçavam por desenvolver uma cultura genuinamente nacional, voltando com vigor na década de 1950, e novamente na década de 1980, durante a transição democrática, quando a Constituição de 1988 se encontrava em discussão e concretização (Moll, 2012).

Diante da necessidade e da complexidade de repensar a escola como um espaço onde pode ocorrer a “educação integral” e a “educação em tempo integral”, esclarece-se aqui em que consistem ambos os termos. De acordo com Gadotti (2009, p.31), a educação integral, é uma concepção da educação que não se confunde com horário integral, tempo integral ou jornada integral.

Gadotti (2009), nesse sentido, defende que a Educação Integral é uma concepção da educação independente do tempo integral, pois a Educação Integral

precisa fundamentar a educação em escolas, sejam elas, de Tempo Integral como em escolas em que o tempo é parcial.

Entendemos que essa discussão é riquíssima para o debate em questão, já que a concepção de educação, nesse contexto, preocupar-se-ia com o desenvolvimento das potencialidades humanas, de modo que o ser humano se constitua de forma autônoma e autêntica que, ao agir no mundo, busca compreender-se e realizar-se cada vez mais como sujeito em sua integralidade.

Para Gadotti (2009, p. 29-30) “A escola não pode fazer tudo o que a sociedade não está fazendo; ela não pode substituir todas as políticas sociais. A escola precisa cumprir bem a sua função de ensinar”. Embora, no Brasil, a atribuição do tempo integral nas escolas, na maioria das vezes, consiste em uma tentativa de suprir necessidades sociais básicas não abarcadas pelo Estado.

Para Cavalieri (2007, p.1207), “em determinados casos as escolas de tempo integral favoreceriam a diminuição dos efeitos da desigualdade social sobre a desigualdade educacional, ainda que não se constituíssem como um dispositivo específico para tal”.

Mas, para a autora, não parece haver dúvidas que embora não seja essa a finalidade inicial da escola em tempo integral, é uma das grandes motivações para a ampliação da jornada escolar a necessidade das famílias terem suas crianças e adolescentes protegidos e assistidos durante o período de trabalho dos pais. (Cavalieri, 2007)

Nesse sentido, Moll (2012), defende que o debate da Educação em tempo integral nos dias atuais é eminentemente político, e diz muito da responsabilidade, do esforço, da intenção do país, dos governantes, nos diferentes tempos, para avançar e construir a possibilidade de elevação cultural, educacional e política do povo brasileiro. O sonho de uma escola de dia inteiro é retomado ao fim da primeira década do século XXI no Brasil “com todos os desafios de uma 'mega população' na educação básica, em contextos sociais configurados por desigualdades, complexidades e diversidades” (Moll, 2012, p. 28).

Esse discurso eminentemente político que a pesquisadora referência da educação em tempo integral no Brasil descreve, diz sobre o acesso do pobre à escola e à educação de qualidade tem ocorrido de forma tímida e perpassado por uma organização contrária à perspectiva da Educação de forma Integral.

Moll (2012) reitera que o desafio coloca-se em “constituir-se como um tempo reinventado que compreendendo os ciclos, as linguagens, os desejos das infâncias e juventudes que acolha, modifique assimetrias e esterilidades que ainda são encontradas na prática pedagógica escolar” (p. 28-29), dessa forma, a ampliação da jornada diária da escola, está para além do aumento necessário do tempo, e sim, quanto à qualidade desse tempo.

A premissa da educação para todos, estabelecida e garantida por meio da Constituição Federal de 1988 é um importante marco normativo para a educação, além de apresentá-la como primeiro direito social (art.6º), ao explicitar “visando o pleno desenvolvimento da pessoa” (art.205), embora o termo integral não fosse de fato mencionado, há uma correlação, voltada para a aprendizagem e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Reiterada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), conforme art.34, “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola [...]”. O parágrafo 2º deste art. prevê: “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino” (Brasil, 1996), associando dessa forma, o tempo integral exclusivamente a essa etapa de ensino.

Acreditamos ser importante ainda, destacar que educação em tempo Integral em sua essência e ampliação da oferta da Educação em Tempo Integral vem ganhando cota nos marcos legais, em diversas esferas, tais como, federal, estadual e municipal: ações abrangentes e claras de ampliação norteiam a reorganização da jornada escolar diária de forma ampliada, buscando assim, garantir o cumprimento da meta 6, estabelecida no Plano Nacional de Educação vigente (2014-2024).

A proposta da Educação em tempo integral aparece nesse documento direcionador da política educacional e ainda deixa claro que, sua implementação não é vista como possibilidade de atendimento de uma política universal, pode-se entender que a pressão social para a implementação e consolidação desse modelo educacional parte de dois pressupostos (que se complementam): a ideia, a partir da representação social, da educação em tempo integral enquanto direito e a necessidade desse modelo de atendimento para dar conta das novas necessidades sociais se pensando em uma perspectiva de educação integral.

3 Escola em Tempo Integral no Estado Espírito Santo

Indicada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), conforme seu art.34, “a educação integral deve ser ofertada de maneira progressiva a partir da etapa do ensino fundamental”, reafirmada ainda, no Plano Nacional de Educação (2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014, determina que todas as esferas da União atuarão em regime de colaboração com o intuito de atingir as 20 (vinte) metas, no período em seu período de vigência, estabelecidas através das 10 (dez) diretrizes que devem guiar a educação brasileira.

Entre essas 20 (vinte) metas estabelecidas no Plano Nacional Educação (2014-2024), foi previsto na meta 6 “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (Brasil, 2014a).

Assim, a ampliação da oferta da Educação em Tempo Integral vem ganhando cena nesses marcos legais, em diversas esferas, tais como, federal, estadual e municipal, ações abrangentes e claras de ampliação norteiam a reorganização da jornada escolar diária de forma ampliada, buscando assim, garantir o cumprimento da meta 6, estabelecida no PNE (2014-2024).

Nesse sentido, devemos atentar-nos à execução das propostas e projetos que dizem atender a essa nova demanda, pois, os direitos garantidos através de uma política pública, apesar de ser a lei, o que já deveria ser o bastante, nem sempre é o suficiente, e muitas vezes, não se materializam em oportunidade, dessa forma, precisamos perceber as influências econômicas, sociais, históricas e culturais que interferem, diretamente, nas escolhas e na projeção das políticas públicas, bem como suas configurações e desdobramentos.

Em consonância com Plano Nacional Educação, e rumo ao cumprimento da meta 6, foi criada no estado do Espírito Santo a Lei Complementar nº 799, publicada em 12 de junho de 2015, (Vitória, 2015) estabelecendo diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais.

A partir de então, a implantação das escolas em tempo integral no território capixaba, só cresce, baseada nesta Lei Complementar nº799, o estado do Espírito Santo atingiu até o ano de 2018, 32 unidades escolares de ensino que ofertavam a educação em tempo integral, no ano de 2020 atingindo mais 28 unidades escolares de ensino, e em 2021 mais 33 escolas. (Vitória, 2021). Com essa expansão

significativa, o Estado do Espírito Santo passa a ofertar educação em tempo integral em “93 unidades escolares, chegando quase 25% das unidades escolares com previsão de mais de 30mil vagas ofertadas aos estudantes”. (Vitória, 2021, p.54)

Em larga escala cresce também, a oferta de educação em tempo integral nas redes municipais de ensino, sendo abarcadas pelo regime de colaboração entre estado e municípios, a implantação nas redes municipais, passam a ser fomentadas de forma acelerada em todo o território capixaba.

A educação em tempo integral da Secretaria de Estado da Educação – SEDU tem por objetivo “ampliar tempo de permanência dos estudantes, espaços escolares e oportunidades de aprendizado, visando à formação integral de estudantes matriculados nas unidades públicas de ensino”. (Vitória, 2021, p.50).

O governo do Estado do Espírito Santo passa a oferecer apoio às redes municipais para a criação / ampliação da oferta desta modalidade de ensino. No âmbito da Lei Estadual nº 11.393, de 03 de setembro de 2021, que instituiu o Programa Capixaba de Fomento à Implementação das Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral - PROETI, e do Decreto Estadual nº 4973-R, de 29 de setembro de 2021, que regulamenta o PROETI, visando ainda, o fomento financeiro com repasse direto aos municípios de R\$ 3 mil por estudante ao ano, durante três anos, com a oferta de 30 mil vagas/ano e um investimento total de R\$ 270 milhões neste período.

Municípios de pequeno porte, como é o caso do município de Pinheiros/ES, são os que mais entram na função distributiva e redistributiva da união e dependência financeira do estado, dessa forma, apesar da autonomia administrativa e pedagógica acabam recorrendo a essas prerrogativas, baseada em sua condição econômica e ficam na dependência de robustas políticas em âmbito nacional e estadual trazendo impactos no fomento da implantação das escolas em tempo integral.

A legislação aprovada e vigente no estado do Espírito Santo desencadeou, desde então, por meio do regime de colaboração estado e município, nos Sistemas Municipais de Educação o fomento á implantação de escolas de tempo integral em todo o território capixaba, com a narrativa que essas escolas, são para além do tempo de permanência, mas que perpassassem a prática pedagógica e curricular, com o foco na melhoria dos resultados de aprendizagem.

De acordo o relatório do 4º (quarto) ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), realizado no ano 2022, a região Sudeste, está em segundo lugar

como a região do país, que maior atendeu alunos na educação em tempo integral totalizando um percentual de 16,7% o período analisado foi de 2014 a 2021, a região que ocupa o primeiro lugar é a Nordeste com um percentual de 18,4%.

Ancorado por sua organização legal e articulado a efetiva concretização de sua autonomia, o município de Pinheiros aprova e sanciona a Lei Municipal nº 1.487/2021 de 19 de novembro de 2021, que estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas escolas do Sistema de Ensino de Pinheiros/ES e dá outras providências. Desde então, o Sistema Municipal de Educação de Pinheiros/ES, oferta 860(oitocentos e sessenta matrículas) de ensino fundamental, com carga horária diária de 9h30min.

4 Considerações Finais

Encontramos nas teorizações, nos diálogos e nas aproximações presentes aqui no texto, subsídios para entender que a política da escola pública em tempo integral não se trata apenas, de uma tentativa do sistema educacional público brasileiro de fortalecer as práticas educativas escolares e valorizar a formação de um cidadão mais consciente, crítico e participativo, não centrando sua atenção no fenômeno educacional em seu sentido, em sua essência.

Concordamos com esses estudos, e com base nesses marcos, podemos dizer que o debate da educação integral está posto, contudo deve-se atentar a execução das propostas e projetos que dizem atender essa nova demanda. É possível observar que as políticas educacionais que vêm sendo constituídas possuem o intuito de diminuir as tensões vivenciadas no cotidiano pelos estudantes, mais precisamente, com questões postas do campo social.

A escola em tempo integral continua sendo uma temática desafiadora e complexa tem sido retomada na atualidade, como slogan do Governo Federal atual defendida pelo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023 -2026). Vem sendo apontada pelo governo brasileiro como condição necessária para o enfrentamento de questões sociais e educacionais do mundo atual.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzales. O direito ao tempo de escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 65, São Paulo, p. 3-10, 1988.

ARROYO, Miguel Gonzales. Caminhos da educação integral no Brasil. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização**. v. 2. Tradução de Ruy Jungmann; Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

GADOTTI, Moacyr. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Lei nº 9394/06. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline; LECLERC, Gesuína de Fátima. Educação integral em jornada ampliada: universalidade e obrigatoriedade? **Em Aberto**, v. 25, n. 88, p. 17-49, jul./dez. 2012.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, jul./set. 2013.